



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 13/2019 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2019 – PROCESSO Nº 094/2019

Edital de Credenciamento de Pessoas Jurídicas especializada para prestação de serviços médico para realização de consultas de avaliação pré-parto e realizar no Município o acompanhamento de trabalho de parto normal e cesariana, no Hospital Municipal Leocyrr Lazarete para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos e condições deste Edital.

Recebimento das Solicitações de Credenciamento
Endereço: Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, situada à Av. Valdir Masutti, 779W, Loteamento Bom Jardim, Campos de Júlio – MT.
O recebimento dos pedidos de credenciamento e a entrega da documentação ocorrerá a partir do dia 04/09/2019 à 24/09/2019, no horário das 07:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h, no endereço acima indicado.
Pedido de esclarecimento: Quaisquer dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser obtidos através do e-mail: licitacao2@camposdejulio.mt.gov.br ou licitacao3@camposdejulio.mt.gov.br .
Legislação: Decretos Municipais 40 e 41/2006, 13/2010 e 11/2019, Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, art. 25, CAPUT e Lei Complementar 123/2006, 147/2014 e 155/2016 suas atualizações e demais legislações aplicáveis.

O MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO-MT, com sede na Av. Valdir Masutti, 779W, Loteamento Bom Jardim, Campos de Júlio - MT, CEP 78.307-000, torna público para conhecimento dos interessados que estará aberto o **CREDENCIAMENTO** para empresas especializadas que tenham interesse na prestação de serviços médico para realização de consultas de avaliação pré-parto e realizar no Município o acompanhamento de trabalho de parto normal e cesariana, no Hospital Municipal Leocyrr Lazarete para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos e nas condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais da Lei nº 8.666/993 e suas alterações no que couber.

1. DO OBJETO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1 OBJETO

1.1.1. Constitui objeto do presente termo, credenciar pessoas Jurídicas para **CREDENCIAMENTO** de empresas especializadas que tenham interesse na prestação de serviços médico para realização de consultas de avaliação pré-parto e realizar no Município o acompanhamento de trabalho de parto normal e cesariana, no Hospital Municipal Leocyrr Lazarete para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos e nas condições estabelecidas neste Edital.

1.2 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- a). Realizar consulta pré-parto de avaliação da gestante e analisar qual o parto realizar;
- b). Agendar de forma organizada os partos em 1 ou 2 dias da semana para os procedimentos eletivos de partos normais e cesarianas.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do presente procedimento e serão credenciadas todas as pessoas jurídicas



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

interessadas que comprovem, através de documentos, que atendem todas as condições específicas de habilitação, conforme o constante neste Edital e anexos;

2.2. Os dados informados na Solicitação de Credenciamento são de responsabilidade dos interessados, que deverão comprová-los através da apresentação da documentação exigida no item 3;

2.3. Os documentos que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a 03 (três) de antecedência da data prevista para apresentação das propostas, exceto atestado;

2.4. Os documentos necessários à Habilitação que puderem ser extraídos via internet comprovando sua validade, poderão ser impressos, excepcionalmente, pelo ou um dos membros da CPL, apenas para efeitos de comprovação de autenticidade daqueles apresentados;

2.5. Poderão participar interessados, não vedados pelas disposições anteriores, que apresentarem a documentação exigida, em cópia autenticada por cartório competente, ou cópias simples, desde que acompanhadas dos respectivos originais, para autenticação por membro da Comissão Permanente de Licitação, à exceção dos documentos gerados automaticamente pelos Sistemas Previdenciário/Fiscal e Outros;

2.6. Não serão aceitos documentos entregues fora do local indicado, dias e horários estabelecidos pelo Edital;

2.7. Não será admitida a participação de interessados que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, ou punidas com suspensão pela Prefeitura Municipal de Campos de Júlio – MT.

3. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

I – RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Cédula de identidade de todos os sócios;

b) Certificado de condição de Microempreendedor Individual, no caso de MEI, ou;

c) Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;

d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e todas as suas alterações, se for caso, devidamente registrados na Junta Comercial, ou contrato social consolidado em vigor, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição dos seus administradores, ou;

e) Inscrição do ato constitutivo, no caso e sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, ou;

g) Registro ou certificado de fins filantrópicos e/ou ato de declaração de utilidade pública, no caso de sociedades civis sem fins lucrativos ou de utilidade pública.

h) Certidão Simplificada, expedida pela respectiva Junta Comercial, de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (somente as empresas cadastradas como tais e que assim declarem na proposta de preços para obter os benefícios da Lei Complementar 123/2006), com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias da abertura do Pregão.

II – RELATIVO À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – Cartão do CNPJ/MF;

b) Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional (Dívida Ativa da União e Contribuições Federais);

c) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

d) Prova de inscrição no cadastro estadual ou municipal de contribuintes, se houver, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

- e) Prova de regularidade perante a fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma de lei;
- f) Prova de regularidade perante a fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma de lei;
- g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

III - RELATIVO À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de falências e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade ou com data não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura da sessão.

IV – RELATIVO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou ou vem executando, satisfatoriamente, o fornecimento de serviços em condições e características com o objeto da licitação;
- b) Apresentação do Curriculum Vitae dos especialistas que prestarão os serviços, devidamente assinado;
- d) Registro do Graduação em Medicina e Certificado da Especialidade pretendida, dos especialistas que prestarão os serviços, devidamente reconhecido pelo MEC E CRM;
- e) Cópia autenticada da inscrição no Conselho Regional de Medicina dos especialistas que prestarão os serviços, com e respectiva certidão de regularidade.

V – DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

- a) Declaração de Solicitação de Credenciamento (Anexo II);
- b) Declaração de cumprimento de requisitos legais (Anexo III);
- c) Declaração de habilitação (Anexo IV);
- d) Termo de Aceite de proposta Financeira (Anexo V);
- e) Declaração de superveniência de fatos impeditivos (Anexo VII);
- f) Dados bancários: Número da conta corrente/Banco/Agência;
- g) Relação contendo o (s) nome (s) de todos os profissionais envolvidos e/ou atuantes na prestação do (s) serviço (s) ofertado (s), acompanhado de cópia da Cédula de Identidade, CPF e Comprovante de inscrição no Conselho Regional da Categoria;

Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento através de:

- *Cópia da cédula de identidade ou documento equivalente do procurador;
- *Procuração (com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular propostas, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame) com firma reconhecida ou por instrumento público;

4. APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Aberto o período de Credenciamento, as licitantes interessadas entregarão o envelope não transparentes e lacrados, contendo a documentação de habilitação;

4.2 O envelope contendo os Documentos de Habilitação deverá ter expresso em seu exterior, as seguintes informações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO - MT
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E TERMO DE ACEITE
INEXIGIBILIDADE Nº 14/2019 – CREDENCIAMENTO Nº 13/2019
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE: _____
CNPJ/MF: _____
ENDEREÇO: _____
TELEFONE: _____
E-MAIL: _____

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1. Os interessados deverão preencher a Declaração de Solicitação de Credenciamento (Anexo II do Edital) e apresentá-la ao Departamento de Licitação, anexando junto a documentação solicitada no item 3 deste Edital.

5.2. A efetivação do pedido de credenciamento/inscrição se dará mediante a entrega da Solicitação de Credenciamento, devidamente preenchida e acompanhada da documentação constante do item 3.

6. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO DOS INTERESSADOS

6.1. A análise dos documentos de habilitação será realizada pela Comissão designada pelos Decretos Municipais nº 012/2019, denominada “**Comissão Permanente de Licitação**”, que promoverá a habilitação/credenciamento dos interessados, conforme o disposto nos itens 2 e 3, em prazo não superior a 05 (cinco) dias, contados a partir da data do protocolo de entrega.

6.2. A Comissão poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos, porventura necessários

6.3. Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem.

6.4. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

6.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

7.1. Após a análise documental a Comissão Permanente de Licitação apresentará a relação geral dos credenciados.

7.2 O processo de avaliação e o resultado final serão homologados pelo Prefeito Municipal.

7.3. Após o deferimento do credenciamento, o interessado será comunicado via correio eletrônico e publicação no Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso, quando então será comunicado a assinar o Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de cancelamento.

7.4 A lista dos interessados habilitados/credenciados, segundo os critérios do edital, será divulgada por meio do sítio eletrônico www.camposdejulio.mt.gov.br e publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

7.5. Os interessados que não forem habilitados/credenciados terão sua documentação disponível para ser retirada em até 15 (quinze) dias da divulgação. Havendo interposição de recurso, esse prazo será contado a partir da data de julgamento do mesmo.

8. DO CONTRATO

8.1. O Contrato terá vigência de 12 meses, do dia xx/xx/2019 até o dia xx/xx/2020, salvo as prorrogações permitidas por lei, tendo validade eficácia legal após a publicação do seu extrato no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

8.2. Os serviços a serem prestados deverão ser realizados no município de Campos de Júlio - MT, segundo os critérios do edital e no Contrato - ANEXO VI.

8.3. A convocação para a assinatura do Contrato se dará após efetivada a habilitação do interessado, segundo os critérios deste Edital.

9. DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

9.1. Os serviços prestados pelos credenciados serão remunerados de acordo com os valores constantes do Termo de Aceite da Proposta Financeira - Anexo V;

9.2. O valor fixado para a remuneração poderá ser revisto monetariamente quando da atualização da Tabela de Valores;

9.3. O pagamento será efetuado por meio de cheque nominal ou por depósito em conta corrente indicada pelo credenciado, mediante autorização de fornecimento;

9.4. Pela fiel e perfeita execução dos serviços objeto deste contrato, a Prefeitura pagará, mediante a nota fiscal, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente;

9.5. Para tanto, deverá ser emitido o atestado de recebimento de regularidade da execução da prestação dos serviços, apresentado sob forma de planilha contendo a assinatura do prestador de serviço, subscrito pelo servidor responsável, com o atestado assinado por servidor da Secretaria Municipal de Saúde, que enviará ao setor de compras do município, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após a execução da prestação de serviços, observada a ordem cronológica da prestação de serviço.

9.6. Fica ao encargo do credenciado, quando da efetiva assinatura do Contrato, bem como da efetiva prestação dos serviços, todas as despesas relativas à locomoção, alimentação e estadia, que porventura forem necessárias à prestação dos serviços.

9.7. O CONTRATANTE não efetuará qualquer pagamento adicional por outras despesas;

9.8. Os serviços executados serão fiscalizados e atestados pela Secretaria Municipal de Saúde, designada como fiscal pela CONTRATANTE.

10. DAS HIPÓTESES DE DESCRENCIAMENTO

10.1. A Secretaria Municipal de Saúde poderá, a qualquer tempo, promover o descredenciamento por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da sua capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.

10.2. Aqueles que não se apresentarem à demanda de atendimento no prazo de 02 (dois) meses serão descredenciados.

10.3. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

10.4. Fica assegurado ao credenciado o direito ao contraditório, sendo avaliadas suas razões pela Comissão Permanente de Licitação, que opinará em 05 (cinco) dias úteis e a submeterá ao Secretário Municipal de Saúde para tomada de decisão.

10.5. Na hipótese de descumprimento das obrigações pelo CREDENCIADO, esta estará sujeita às sanções previstas no Edital.

10.6. A Secretaria Municipal de Saúde poderá, a qualquer tempo, buscar alternativas para contratação de prestação de serviços objeto deste Edital por outros modelos de Gestão de conveniência da Administração.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

11.1. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações ao presente Edital deverão ser efetuados por escrito, em até 2 (dois) dias úteis antes da data de encerramento do período de credenciamento endereçadas à Comissão Permanente de Licitação, protocoladas à Av. Valdir Masutti, n.º 779W, Bairro Bom Jardim – Campos de Júlio - MT, das 7h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, pela ferramenta “Protocolo Web”, disponível no endereço www.camposdejulio.mt.gov.br, ou ainda pelo e-mail licitacao2@camposdejulio.mt.gov.br.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

11.2. Caberá à Comissão Permanente de Licitação analisar e decidir sobre a petição de impugnação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

12. DOS RECURSOS

12.1. O interessado não habilitado poderá interpor recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de divulgação do resultado do processo de habilitação no Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso.

12.2. O recurso deverá ser feito por escrito, **ASSINADO**, dirigido à Comissão Permanente de Licitação e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, situada à Av. Valdir Masutti, n.º 779W, Bairro Bom Jardim, Campos de Júlio – MT ou pela ferramenta “Protocolo Web”, disponível no endereço www.camposdejulio.mt.gov.br.

12.3. O recurso não terá efeito suspensivo.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

13.1. Ao credenciado competirá:

13.1.1. Cumprir fielmente o presente contrato, de modo que no prazo estabelecido os serviços sejam entregues inteiramente concluídos;

13.1.2. Observar na execução dos serviços mencionados as leis, os regulamentos, as posturas e as melhores normas técnicas e éticas atinentes a sua profissão;

13.1.3. Arcar com o pagamento de seguro pessoal, impostos, taxas e serviços do respectivo conselho de classe e contribuição junto ao Regime Geral de Previdência Social;

13.1.4. Apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as notas fiscais de Prestação de Serviços, certidões negativas, acompanhados das respectivas atestações da Secretaria Municipal de Saúde;

13.1.5. Receber, dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes aos serviços já executados;

13.1.6. Obedecer às normas e rotinas dos locais onde prestar os serviços, em especial as que disserem respeito à segurança, à guarda e à qualidade dos serviços executados;

13.1.7. Guardar o mais absoluto sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização;

13.1.8. Levar imediatamente ao conhecimento da Secretaria Municipal de Saúde qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medidas cabíveis, bem como, comunicar por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que, eventualmente, venha a ocorrer;

13.1.9. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde, atendendo de imediato as solicitações;

13.1.10. Responder pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços;

13.1.11. Manter atualizado o cadastro da instituição junto aos órgãos de controle/o fiscalização;

13.1.12. Cumprir rigorosamente a carga horária pactuada no contrato, sob pena de incidir em descontos proporcionais por ocasião do pagamento;

13.1.13. Sendo que em caso de ausência, fica de responsabilidade da contratada, a substituição por outro profissional da mesma categoria, após aprovação da Secretaria Municipal de Saúde, bem como o pagamento do mesmo;

13.1.14. Deixar um número para contato (fixo e celular) em caso de urgência e emergência para possíveis solicitações ou orientações;

13.1.15. Cumprir o presente Contrato, valendo-se das práticas cientificamente reconhecidas, respeitados a legislação vigente e os preceitos éticos.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

14.1 São responsabilidades da CREDENCIANTE:

14.1.1. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações do (a) CONTRATADO (A);



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

- 14.1.2. Fiscalizar a execução dos serviços por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, Central de Regulação e Fiscal de Contratos;
- 14.1.3. Intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;
- 14.1.4. Efetuar os pagamentos devidos ao (a) CONTRATADO (A) no prazo estipulado no contrato depois do recebimento da Nota Fiscais de Prestação de Serviços, certidões negativas e respectivas atestações de cada etapa pelo responsável pela fiscalização;
- 14.1.5. Aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste contrato;
- 14.1.6. Efetuar a retenção dos impostos legais sobre a nota fiscal de Prestação de Serviços;
- 14.1.7. Efetuar a retenção dos tributos, na forma da lei;
- 14.1.8. Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei nº 8.666/93;
- 14.1.9. Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo (a) CONTRATADO (A);
- 14.1.10. Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais desse instrumento;

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1 A simples apresentação, pelo interessado, da documentação exigida no presente certame não induzirá automática celebração do Contrato, sendo está submetida à habilitação descrita no item 5 deste Edital.
- 15.2. Os credenciados serão os únicos e exclusivos responsáveis pelas informações disponibilizadas e atualização de seus dados cadastrais junto à Secretaria Municipal de Saúde.
- 15.3 O credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, podendo atingir até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos da legislação atinente à matéria.
- 15.4 A Secretaria Municipal de Saúde poderá revogar ou anular o presente credenciamento, na forma da lei, sem que caiba aos participantes qualquer direito a reembolso, indenização ou compensação.
- 15.5. Por meio da assinatura do contrato o interessado autoriza a Secretaria Municipal de Saúde a divulgar seu nome, especialidade à qual está credenciado e endereço de atendimento, por meio de publicação impressa ou através de meio eletrônico disponibilizado pelo sitio www.camposdejulio.mt.gov.br, enquanto perdurar a vigência do credenciamento.
- 15.6. Os casos omissos serão decididos pela Comissão Permanente de Licitação, na forma da lei.

16. ANEXOS DO EDITAL

- 16.1. São partes integrantes, indissociáveis e atreladas ao conteúdo deste Edital, os seguintes anexos, cujo teor vincula totalmente os licitantes:

- Anexo I** – Termo de Referência
- Anexo II** – Declaração de Solicitação de Credenciamento
- Anexo III** – Declaração de Cumprimento do Requisitos Legais
- Anexo IV** – Declaração de habilitação
- Anexo V** - Termo de Aceite de Proposta Financeira
- Anexo VI** – Minuta do Contrato.
- Anexo VII** – Modelo de declaração de superveniência de fatos impeditivos.

Campos de Júlio - MT, 02 de setembro de 2019.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva
Presidente da CPL
DECRETO Nº. 012/2019



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

ESTADO DE MATO GROSSO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 13/2019 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2019

ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA

Da: Secretaria Municipal de Saúde
IZABEL WINGENBACH DA SILVA

Solicitação: 2.861/2019

Assunto: Contrato de Empresa que ofereça o serviço médico que tenha disponibilidade para assistência ao parto independentemente da via a ser empregada (normal ou operatório), no Hospital Municipal Leocyr Lazarete.

Encaminhamos dados para atendimento de necessidade da Secretaria Municipal de Saúde:

1. OBJETO:

Contrato de empresa que ofereça o serviço médico para consulta de avaliação pré parto e realizar no Município o acompanhamento do trabalho de parto independente da via de parto empregada (normal ou operatório) de forma a complementar a Rede Municipal de Saúde, nos estabelecimentos próprios do município, dos partos eletivos e de Urgência e Emergência na rede de atenção especializada. Conforme solicitado, no Hospital Municipal Leocyr Lazarete, através da direção.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA SOLICITAÇÃO DO SERVIÇO:

Necessidade da Administração Pública de ofertar atendimento médico nos serviços de assistência a gestantes na Rede de Atenção de Média e Alta Complexidade, o Hospital Municipal é a única Unidade de Saúde que presta atendimento à população 24 horas, porém não está oferecendo o serviço de partos, sendo necessário encaminhar as gestantes para o Município de Pontes e Lacerda ou Cáceres para o procedimento de parto, causando transtornos e risco a paciente. Diante do exposto a Secretaria Municipal de Saúde solicita que seja contratado o serviço médico com a máxima brevidade, por um período de 12 meses.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A contratação na administração pública para execução do serviço deverá obedecer ao disposto na Lei nº 8.666/93.

4. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:

- a). Realizar consulta pré-parto de avaliação da gestante e analisar qual o parto realizar;
- b). Agendar de forma organizada os partos em 1 ou 2 dias da semana para os procedimentos eletivos de partos normais e cesarianas.

5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

Os serviços contratados serão executados sob o regime de Empreitada Por Preço Unitário, de acordo com o edital e anexos integrantes deste instrumento.

6. VALOR ESTIMADO E PAGAMENTO CONTRATUAL:

O valor mediano unitário do serviço médico a realizar no Hospital Municipal Leocyr Lazarete é de:
Partos Normais: na ordem de R\$ 1.325,00 (um mil, trezentos e vinte e cinco reais);
Partos Cesariana: Na ordem de R\$ 1.674,75 (um mil, seiscentos e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos);

Consulta Pré-Parto: R\$ 105,00 (cento e cinco reais).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

O valor mediano total do contrato é na ordem de R\$ 163.985,00 (cento e sessenta e três mil, novecentos e oitenta e cinco reais).

7. RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE:

- * Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações do (a) CONTRATADO (A);
- * Fiscalizar a execução dos serviços por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, Central de Regulação e Fiscal de Contratos;
- * Intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;
- * Efetuar os pagamentos devidos ao (a) CONTRATADO (A) no prazo estipulado no contrato depois do recebimento da Nota Fiscais de Prestação de Serviços, certidões negativas e respectivas atestações de cada etapa pelo responsável pela fiscalização;
- * Aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste contrato;
- * Efetuar a retenção dos impostos legais sobre a nota fiscal de Prestação de Serviços;
- * Efetuar a retenção dos tributos, na forma da lei;
- * Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei nº 8.666/93;
- * Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo (a) CONTRATADO (A);
- * Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais desse instrumento;

8. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

- * Cumprir fielmente o presente contrato, de modo que no prazo estabelecido os serviços sejam entregues inteiramente concluídos;
- * Observar na execução dos serviços mencionados as leis, os regulamentos, as posturas e as melhores normas técnicas e éticas atinentes a sua profissão;
- * Arcar com o pagamento de seguro pessoal, impostos, taxas e serviços do respectivo conselho de classe e contribuição junto ao Regime Geral de Previdência Social;
- * Apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as notas fiscais de Prestação de Serviços, certidões negativas, acompanhados das respectivas atestações da Secretaria Municipal de Saúde;
- * Receber, dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes aos serviços já executados;
- * Obedecer às normas e rotinas dos locais onde prestar os serviços, em especial as que disserem respeito à segurança, à guarda e à qualidade dos serviços executados;
- * Guardar o mais absoluto sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização;
- * Levar imediatamente ao conhecimento da Secretaria Municipal de Saúde qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medidas cabíveis, bem como, comunicar por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que, eventualmente, venha a ocorrer;
- * Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde, atendendo de imediato as solicitações;
- * Responder pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços;
- * Manter atualizado o cadastro da instituição junto aos órgãos de controle/o fiscalização;
- * Cumprir rigorosamente a carga horária pactuada no contrato, sob pena de incidir em descontos proporcionais por ocasião do pagamento;
- * Sendo que em caso de ausência, fica de responsabilidade da contratada, a substituição por outro profissional da mesma categoria, após aprovação da Secretaria Municipal de Saúde, bem como o pagamento do mesmo;
- * Deixar um número para contato (fixo ou celular) em caso de urgência e emergência para possíveis solicitações ou orientações
- * Cumprir o presente Contrato, valendo-se das práticas cientificamente reconhecidas, respeitando a legislação vigente e os preceitos éticos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

9. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHANDO:

- * O serviço será utilizado e fiscalizado para atender a população em geral, pois o princípio imanente ao sistema único de saúde é o atendimento integral. Em consonância da Lei Federal nº 8.080 de 19 de setembro de 1990;
- * A fiscalização da execução dos serviços será exercida Secretaria Municipal de Saúde através da Responsável Técnica do Hospital e o Fiscal de Contratos e servidores da Gestão da Saúde;
- * A fiscalização de que trata o item anterior não excluirá nem reduzirá a responsabilidade do (a) CONTRATADO (A), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ou imperícia cometida no trabalho, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus empregados, prepostos ou contratados;
- * Todas as ORDENS DE SERVIÇOS, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre fiscalização e o CONTRATADO (A) serão feitas por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais;
- * Das decisões da fiscalização poderá o (a) CONTRATADO (A) recorrer à CONTRATANTE, no prazo de cinco dias úteis, sem efeito suspensivo.

10. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

O valor para execução do serviço médico para realizar no Município o acompanhamento presencial do trabalho de parto independente da via de parto empregada no Hospital Municipal Leocyr Lazarete, será pago conforme orçamento de 2019, sito no órgão 06 Secretaria Municipal de Saúde, na Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde, no centro de custo 6149, e alocado na dotação 343, projeto atividade (3.3.90.39.00.00.00.0102) outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

11. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

- * Pela fiel e perfeita execução dos serviços objeto deste contrato, a Prefeitura pagará, mediante a nota fiscal, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente;
- * O CONTRATANTE não efetuará qualquer pagamento adicional por outras despesas;
- * O pagamento será feito por meio de cheque nominal ou depósito bancário, mediante autorização de fornecimento;
- * os serviços executados serão fiscalizados e atestados pela Secretaria Municipal de Saúde, designada como fiscal pela CONTRATANTE.

Atenciosamente,

Campos de Júlio – MT, 27 de agosto de 2019

Izabel Wingenbach da Silva
Secretária Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 13/2019 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2019

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

A empresa _____, CNPJ: _____, sediada na rua _____, bairro: _____, cidade/estado: _____, neste ato representada pelo Sr. (a), portador do RG nº _____ e inscritos no CPF nº _____, no uso de suas atribuições legais, vem solicitar seu credenciamento para prestação de serviços médico para realização de consultas de avaliação pré-parto e realizar no Município o acompanhamento de trabalho de parto normal e cesariana, no Hospital Municipal Leocyr Lazarete para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Anexo I do Edital de Credenciamento nº 13/2019, no município de Campos de Júlio - MT.

Concordamos em nos submeter a todas às disposições constantes do Edital de Credenciamento.

Atenciosamente,

Cidade/Estado, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do representante legal

CPF nº:

Carimbo de CNPJ da empresa:

Papel timbrado da empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 13/2019 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2019

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS

Ao
Município de Campos de Júlio-MT
Ref.: Licitação na modalidade Credenciamento nº 13/2019

A empresa _____, CNPJ: _____, sediada na rua _____, bairro: _____, cidade/estado: _____, neste ato representada pelo Sr. (a), portador do RG nº _____ e inscritos no CPF nº _____, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao solicitado no Edital de Credenciamento nº 13/2019, DECLARA, sob as penas da Lei:

* Não possui em seu quadro de pessoal empregado (s), com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8.666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999.

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () Sim () Não

Cidade/Estado, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do representante legal

CPF nº:

Carimbo de CNPJ da empresa:

Papel timbrado da empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 13/2019 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2019

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Declaramos, para todos os efeitos legais, que a empresa _____, CNPJ: _____, reúne todos os requisitos de habilitação exigidas no edital, quanto as condições de qualificação jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e econômica financeira, bem como de que está ciente e concorda com o disposto no Edital de Credenciamento nº 13/2019.

Cidade/Estado, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do representante legal

CPF nº:

Carimbo de CNPJ da empresa:

Papel timbrado da empresa

Obs.: No caso de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual que, nos termos da L.C. 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente a regularidade fiscal e trabalhista, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração, além de juntar o documento com restrição no envelope de habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 13/2019 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2019

ANEXO V – TERMO DE ACEITE DA PROPOSTA FINANCEIRA

Ao aderir o presente credenciamento, declaramos que, por meu representante legal, conhecer o inteiro teor do Edital de Credenciamento nº. 13/2019, bem como o valor que o Município de Campos de Júlio/MT se propõe a pagar pelos serviços prestados, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, na especialidade e nos valores assim especificados:

A empresa Contratada prestará a administração os seguintes serviços:

ITEM	LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE (UN)	VALOR UNITÁRIO (R\$)
1	Hospital Municipal Leocyra Lazarete	Consulta médica em atenção especializada Pré-Parto	100	105,00
2	Hospital Municipal Leocyra Lazarete	Serviço de procedimento médico do tipo parto Normal	40	1.325,00
3	Hospital Municipal Leocyra Lazarete	Serviço de procedimento médico do tipo parto Cesária	60	1.674,75

Assinatura do representante legal

CPF nº:

Carimbo de CNPJ da empresa:

Papel timbrado da empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 13/2019 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2019

ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

O **MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO**, Estado de Mato Grosso, através da Prefeitura Municipal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.614.516/0001-99, com sede na Avenida Valdir Masutti, nº 779W, Loteamento Bom Jardim, nesta cidade, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. José Odil da Silva, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Campos de Júlio - MT, portador da CI/RG nº 7019786487 SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob o nº 355.257.890-00, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede à (rua, nº, bairro, cidade, estado, Cep), neste ato representada por seu proprietário (a), Sr (a) _____, portador (a) da CI/RG nº _____, inscrito no CPF/MF nº _____ doravante denominado **CONTRATADO (A)**, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do Processo Administrativo nº 086/2019, Processo de Compra nº 094/2019, Inexigibilidade de Licitação nº 14/2019 e edital de Credenciamento nº 13/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, em concordância com a lei 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 O presente contrato regula-se mediante as disposições da Lei nº. 8.666/93, em sua redação atual, juntamente com os elementos integrantes do Edital de Credenciamento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 O presente CONTRATO tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços médico para realização de consultas de avaliação pré-parto e realizar no Município o acompanhamento de trabalho de parto normal e cesariana, no Hospital Municipal Leocyra Lazarete para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, a serem realizados nos termos da Cláusula Terceira.

CLÁUSULA TERCEIRA – LOCAL PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3.1. O prazo para execução dos serviços será em conformidade com as solicitações da Secretaria Municipal de Saúde, conforme tabela abaixo:

ITEM	LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE (UN)	VALOR UNITÁRIO (R\$)
1	Hospital Municipal Leocyra Lazarete	Consulta médica em atenção especializada Pré-Parto	100	105,00
2	Hospital Municipal Leocyra Lazarete	Serviço de procedimento médico do tipo parto Normal	40	1.325,00
3	Hospital Municipal Leocyra Lazarete	Serviço de procedimento médico do tipo parto Cesária	60	1.674,75



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

Parágrafo único – Os serviços que forem executados com vício ou defeito em virtude da ação ou omissão voluntária, negligência ou imperícia, serão repostos sob exclusiva e integral responsabilidade do CONTRATADO, sem ônus para o CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. Os valores dos serviços executados estão estabelecidos na Cláusula Terceira, que correspondem ao valor unitário/plantões.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 O CONTRATADO (A) obriga-se a:

- * Cumprir fielmente o presente contrato, de modo que no prazo estabelecido os serviços sejam entregues inteiramente concluídos;
- * Observar na execução dos serviços mencionados as leis, os regulamentos, as posturas e as melhores normas técnicas e éticas atinentes a sua profissão;
- * Arcar com o pagamento de seguro pessoal, impostos, taxas e serviços do respectivo conselho de classe e contribuição junto ao Regime Geral de Previdência Social;
- * Apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as notas fiscais de Prestação de Serviços, certidões negativas, acompanhados das respectivas atestações da Secretaria Municipal de Saúde;
- * Receber, dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes aos serviços já executados;
- * Obedecer às normas e rotinas dos locais onde prestar os serviços, em especial as que disserem respeito à segurança, à guarda e à qualidade dos serviços executados;
- * Guardar o mais absoluto sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização;
- * Levar imediatamente ao conhecimento da Secretaria Municipal de Saúde qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medidas cabíveis, bem como, comunicar por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que, eventualmente, venha a ocorrer;
- * Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde, atendendo de imediato as solicitações;
- * Responder pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços;
- * Manter atualizado o cadastro da instituição junto aos órgãos de controle/o fiscalização;
- * Cumprir rigorosamente a carga horária pactuada no contrato, sob pena de incidir em descontos proporcionais por ocasião do pagamento;
- * Sendo que em caso de ausência, fica de responsabilidade da contratada, a substituição por outro profissional da mesma categoria, após aprovação da Secretaria Municipal de Saúde, bem como o pagamento do mesmo;
- * Deixar um número para contato (fixo e celular) em caso de urgência e emergência para possíveis solicitações ou orientações;
- * Cumprir o presente contrato, valendo-se das práticas cientificamente reconhecidas, respeitados a legislação vigente e os preceitos éticos.

5.2 A CONTRATANTE obriga-se a:

- * Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações do (a) CONTRATADO (A);
- * Fiscalizar a execução dos serviços por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, Central de Regulação e Fiscal de Contratos;
- * Intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;
- * Efetuar os pagamentos devidos ao (a) CONTRATADO (A) no prazo estipulado no contrato depois do recebimento da Nota Fiscais de Prestação de Serviços, certidões negativas e respectivas atestações de cada etapa pelo responsável pela fiscalização;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

- * Aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste contrato;
- * Efetuar a retenção dos impostos legais sobre a nota fiscal de Prestação de Serviços de cada parcela;
- * Efetuar a retenção dos tributos, na forma da lei;
- * Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei nº 8.666/93;
- * Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo (a) CONTRATADO (A);
- * Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais desse instrumento;

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 O pagamento será efetuado se atendidas às seguintes condições:

a) Atestado do recibo ou nota fiscal;

6.2. Não será permitido o pagamento de eventos sem a prévia e formal autorização da Secretaria Municipal de Saúde;

6.3. O prazo de pagamento é o estabelecido no art. 5º, § 3º e art. 40, XIV, “a” da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. O Contrato terá vigência de 12 meses, ou seja, de xx/xx/2019 até o dia xx/xx/2020, salvo as prorrogações permitidas por lei, tendo validade eficácia legal após a publicação do seu extrato no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 O contratado ficará sujeito a multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso no fornecimento do objeto deste CONTRATO, incorrendo ainda, na multa de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), ambas sobre o valor global do CONTRATO, no caso do atraso ser igual ou superior a 15 (quinze) dias observando-se também, neste caso, as demais sanções previstas na legislação pertinente, no caso de, sem justa causa e já advertida não cumprir a contendo com as obrigações assumidas, ressalvados os casos fortuitos e de força maior devidamente justificado e aceitos a juízo do CONTRATANTE.

§1º - Após a comunicação por escrito de que será aplicada a multa mencionada no “Caput” desta cláusula, o contratado terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sanar as irregularidades, caso contrário o CONTRATANTE ficará no direito de rescindir este CONTRATO.

§2º - A multa, que porventura for aplicada será descontada do primeiro faturamento seguinte à data da notificação, discriminada na respectiva Nota Fiscal/Fatura.

§3º- Pela inexecução total ou parcial deste CONTRATO, o CONTRATANTE poderá, garantindo a prévia defesa, aplicar ao credenciado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Suspensão temporária em participação de licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, por um prazo não superior a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 A inexecução total ou parcial deste CONTRATO enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei nº. 8.666/93, em sua redação atual, ocorrendo os seguintes motivos:

A) O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas contratuais;

B) Razões de interesse público de alta relevância e pleno conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa do CONTRATANTE;

C) O atraso superior de 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, decorrente dos serviços já prestados, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão temporária do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

D) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do Contrato por parte do Contratado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

§1º - Está assegurado o direito à rescisão contratual para ambas as partes, conforme preceituam os artigos 78 a 80 da Lei n.º 8.666/93, em sua redação atual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas com o presente termo correrão por conta dos recursos orçamentários do município de Campos de Júlio, dentro das seguintes especificações:

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde;
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde;
Centro de Custo: 6149 – Hospital Municipal Leocyr Lazarete;
 Dotação: (343/2019) 06.01.2.041.3.3.90.39.50.00.00.00. – Serviços Médicos Hospitalar – Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

11.1 O presente Contrato será publicado em forma de extrato, no Jornal Oficial dos Municípios, no prazo estabelecido pelo Parágrafo Único do Art. 61 da Lei n.º. 8.666/93, em sua redação atual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Para dirimir as questões oriundas deste CONTRATO, não resolvidas administrativamente, será competente o Foro da Comarca de Comodoro – MT, preterindo outros por mais privilegiados que sejam. E, por estarem de acordo, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Campos de Júlio, ____/____/____.

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: XXXXXXXXXXXXXXXX
CPF/MF: XXXXXXXXXXXX

Nome: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF/MF: XXXXXXXXXXXX



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 13/2019 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2019

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE SUPERVEINIÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

A empresa, _____ CNPJ, _____, sediada na rua, _____ bairro, _____ cidade, _____, neste ato representada pelo Sr. (a), _____ portador do RG nº _____ e inscrito no CPF nº _____, no uso de suas atribuições legais, comprometendo-se nos termos da legislação reguladora da matéria, a informar a qualquer tempo, sob pena das penalidades cabíveis, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos a habilitação para este certame licitatório no Município de Campos de Júlio/MT– Credenciamento nº 013/2019, na forma determinada no § 2º, do artigo 32, da Lei nº 8666/93 e alterações, devidamente assinada pelo representante legal da empresa participante.

Assinatura do representante legal

CPF nº:

Carimbo de CNPJ da empresa:

Papel timbrado da empresa